

NOTA PRÉVIA À 5ª EDIÇÃO

Nesta nova edição procedemos à atualização do texto ‘Tratado de Lisboa e o quadro institucional da União’, em virtude da saída do Reino Unido da União Europeia em 31 de janeiro de 2020.

Além disso, reformulamos os outros textos, introduzindo os esclarecimentos prestados pelo Tribunal de Justiça, designadamente, em relação ao artigo 50.º do 'Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (acórdão Wightman e o. / Secretary of State), quanto à eficácia horizontal da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (acórdãos Egenberg e Bauer) e relativamente à crise da *rule of law* em certos Estados-Membros (acórdãos Comissão/Polónia)

Espera-se que esta quinta edição continue a contribuir para o estudo aprofundado das temáticas europeias.

Porto, 2 de março de 2022

NOTA PRÉVIA À 4ª EDIÇÃO

Nesta quarta edição, acrescentamos ao conjunto de textos já existentes sobre as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia um breve apontamento sobre a relação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia com a Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e com a Carta Social Europeia. Atualizamos ainda o primeiro e o terceiro textos desta obra, tendo em conta as alterações que se adivinham com a saída do Reino Unido da União Europeia, bem como as últimas alterações institucionais ocorridas, com destaque para a nova composição do Tribunal Geral. Por fim, procedemos à atualização da jurisprudência do Tribunal de Justiça, sempre que tal nos pareceu relevante.

Espera-se que esta nova edição corresponda, mais uma vez, às expectativas dos seus destinatários e contribua para estimular o estudo do processo de integração europeia.

Porto, 18 de Fevereiro de 2017

NOTA PRÉVIA À 3ª EDIÇÃO

Esta terceira edição mantém o conjunto de estudos sobre as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa ao Tratado da União Europeia, e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e acrescenta um novo texto intitulado *O caso das pensões eslovacas: nótulas sobre o princípio do primado e o pluralismo constitucional*. Além disso, procedemos à atualização de alguma jurisprudência do Tribunal de Justiça, destacando-se, em particular, a referência ao acórdão *Inuit*, pelos esclarecimentos prestados quanto ao conceito de ato regulamentar, bem como a menção aos acórdãos *Åkerberg Fransson* e *Melloni*, pelos contributos dados quanto ao sentido e alcance de certas disposições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

Esperamos que a presente obra continue a contribuir para o estudo aprofundado destes temas.

Porto, 4 de março de 2014

NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO

O objecto desta obra é um conjunto de estudos sobre as alterações, de natureza essencialmente institucional, introduzidas pelo Tratado de Lisboa ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com vista a reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da União.

Publica-se agora a segunda edição, reformulando o primeiro texto, dedicado à apresentação do quadro institucional da União, em virtude da adesão da Croácia, que se torna, em 1 de Julho de 2013, o 28.º Estado-Membro da União Europeia.

Porto, 20 de Fevereiro de 2013

NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO

A presente publicação visa colocar à disposição de todos aqueles que estudam, e se interessam pelas questões europeias, um conjunto de textos elaborados para responder a solicitações várias, ocorridas entre Março de 2010 e Dezembro de 2011, e que apresentam breves reflexões sobre algumas das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

O primeiro estudo é dedicado à apresentação do quadro institucional vigente na União Europeia, tendo em especial atenção as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. O segundo, o terceiro e o quarto estudos visam analisar o interesse das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, quer no âmbito do reenvio prejudicial, quer no plano do contencioso da legalidade. O quinto, e último estudo, aborda a questão da proteção dos direitos fundamentais no contexto da União Europeia, tendo em conta o impacto da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Espera-se que a presente publicação contribua para aprofundar o interesse pelo estudo dos temas enunciados.

Porto, 20 de Janeiro de 2012

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 5ª EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À 4ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 3ª EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	13
I – O TRATADO DE LISBOA E O QUADRO INSTITUCIONAL DA UNIÃO EUROPEIA	15
1. Introdução. A dinâmica da integração europeia	16
2. Fontes de direito da União Europeia e processos de decisão	29
3. As instituições da União Europeia	40
3.1. Parlamento Europeu	40
3.1.1. Enquadramento legislativo	40
3.1.2. A contribuição dos Parlamentos Nacionais para o bom funcionamento da União Europeia	45
3.2. Conselho Europeu	48
3.2.1. Enquadramento legislativo	48
3.2.2. Os novos cargos criados e redefinidos pelo Tratado de Lisboa: Presidente do Conselho Europeu e Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança	50
3.3. O Conselho da União Europeia	52
3.3.1. Enquadramento legislativo	52

3.3.2. A progressiva transformação do Conselho numa «segunda câmara legislativa»	59
3.4. Comissão Europeia	60
3.4.1. Enquadramento legislativo	60
3.4.2. O papel da Comissão numa União Europeia alargada	67
3.5. Tribunal de Justiça da União Europeia	68
3.5.1. Enquadramento legislativo	68
3.5.2. A questão do «ativismo judicial»	75
3.5.3. Princípios de direito da União Europeia consagrados na jurisprudência do Tribunal de Justiça	77
3.5.3.1. Princípio do primado	77
3.5.3.2. Princípio do efeito direto	78
3.5.3.3. Princípio da interpretação conforme	82
3.5.3.4. Princípio da responsabilidade do Estado-Membro por violação do direito da União Europeia	84
3.6. Banco Central Europeu e Tribunal de Contas	88
4. Conclusão	89
II – O CASO DAS PENSÕES ESLOVACAS: NÓTULAS SOBRE O PRINCÍPIO DO PRIMADO E O PLURALISMO CONSTITUCIONAL	93
1. Princípio do primado: a visão do Tribunal de Justiça	93
2. As reservas de alguns Tribunais Constitucionais	97
3. As teorias do pluralismo constitucional	99
4. O caso das pensões eslovacas (Landtová)	103
5. Conclusão	106
6. Adenda	109
III – A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA COM A ENTRADA EM VIGOR DO TRATADO DE LISBOA. UM PASSO PARA A FRENTE, DOIS PASSOS PARA TRÁS?	113
1. Introdução	114
2. A necessidade da tramitação urgente do processo de reenvio prejudicial	115
3. Distinção entre processo Prejudicial Urgente (PPU) e processo Prejudicial Acelerado (PPA)	123
4. A cooperação judiciária com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa	125
5. O Processo Prejudicial Urgente na jurisprudência do Tribunal de Justiça	128
6. Conclusão	129
IV – ASSIMETRIAS NO CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA DEPOIS DE LISBOA E A SENSACÃO DE DÉJÀ VU	131
1. Introdução	131

2. O recurso de anulação	132
3. A questão da legitimidade ativa e passiva no recurso de anulação	137
4. A ação por omissão	141
5. A questão da legitimidade ativa e passiva na ação por omissão	142
6. Assimetrias introduzidas no contencioso da União com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa	143
7. Conclusão	149
V – A PROTEÇÃO DOS PARTICULARES NO ÂMBITO DO RECURSO DE ANULAÇÃO DEPOIS DE LISBOA. BREVES REFLEXÕES	151
1. Introdução	151
2. A legitimidade ativa no contexto do recurso de anulação	153
3. A interpretação dada pela jurisprudência do Tribunal de Justiça às condições de afetação direta e individual	155
4. A proposta do advogado-geral Jacobs no sentido da flexibilização da jurisprudência fixada pelo Tribunal de Justiça	156
5. A aparente adesão do Tribunal de Justiça à ‘teoria do ato híbrido’ no caso UPA e o seu abandono na jurisprudência subsequente	161
6. As alterações introduzidas ao artigo 263.º do TFUE depois de Lisboa	163
7. Conclusões	167
8. Adenda	168
VI – A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA UNIÃO EUROPEIA	169
1. Do silêncio inicial dos Tratados à criação de uma solução pretoriana	169
2. A alteração dos Tratados em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Justiça relativa à proteção dos direitos fundamentais	174
3. A adoção da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	174
4. A Carta como expressão do modelo social europeu	176
5. O Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	184
6. A Carta e a jurisprudência do Tribunal de Justiça	187
VII – BREVES REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA COM A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM E COM A CARTA SOCIAL EUROPEIA	191
1. Introdução	191
2. A relação da Carta com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem	193
3. A relação da Carta com a Carta Social Europeia	200
4. Conclusão	204